

NOVA PAC FECHA ACORDO POLÍTICO E ANUNCIA REFORMA DO SETOR AÇUCAREIRO

A nova Política Agrícola Comum (PAC) será um pouco mais ecológica, porém menos ambiciosa nos cortes aos subsídios, considerando que os grandes agricultores, aqueles que recebem mais de 150 mil euros por ano, terão ajudas reduzidas em apenas 5%. Essas são algumas das medidas acordadas, no dia 24 de setembro, entre os [ministros dos 28 Estados-Membros](#) da União Europeia (UE) e uma equipe de negociadores do [Parlamento Europeu](#) sobre a reforma da PAC para o período 2014-2020.

- É a primeira vez na história da UE que o Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu negociam como colegisladores (com poderes idênticos) os regulamentos da nova PAC, que serão aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014. Como exceção estão as novas regras dos pagamentos diretos (pagamentos “ecológicos”, apoios adicionais para os jovens etc.), aplicáveis apenas a partir de 2015.

Pontos de destaque

1) [Pagamentos diretos](#): Da forma que estão previstos, os pagamentos diretos permitirão um certo grau de

“vinculação com a produção”. Isso significa que cada Estado-Membro terá direito a indicar sua própria lista de “produtos de exceção” e dedicar a eles parte da verba alocada aos pagamentos diretos. É o que alguns analistas estão chamando da volta ao “*recoupling*”. Essa regra já existe na PAC em vigor, mas a possibilidade de usar “pagamentos vinculados” (“*coupled payments*”) é bem menor atualmente.

Ficou também estabelecido que os pagamentos que ultrapassarem o teto de 150 mil euros deverão ser reduzidos em 5%. Essa medida atinge, sobretudo, os grandes agricultores, que antes recebiam mais porque os pagamentos eram calculados em função do tamanho da unidade de produção.

2) [Desenvolvimento rural](#): Os Estados-Membros serão ainda obrigados a conceder 25% da ajuda para o desenvolvimento rural, o gerenciamento das terras e o combate contra as alterações climáticas.

Ecologização (medidas *greening*): Além do pagamento previsto ao abrigo do regime do pagamento de base, cada unidade de produção receberá um pagamento por hectare por respeitar determinadas práticas agrícolas benéficas para o clima e o meio-ambiente. Os Estados-Membros

(continua)

Nesta Edição

Novas regras de biocombustíveis na UE poderão beneficiar parcialmente o Brasil, segundo UNICA	Pág 03
Acordos Internacionais	
UE - Costa Rica e El Salvador: Acordo de Livre comércio entrou em vigor em 1º de outubro	Pág 04
Fique de olho!	
Parlamento Europeu propõe regulamento para fazer valer direitos comerciais	Pág 05
Bruxelas em Movimento	
Comissão Europeia aprova aquisições da JBS na UE	Pág 05
Cai participação da indústria europeia no PIB da UE	Pág 05
UE adota novo indicador de inovação	Pág 06
Agenda da UE - destaques de outubro de 2013	Pág 07

utilizarão 30% das dotações nacionais para esse fim. Sanções estão definidas para aqueles que não cumprirem os requisitos da política ambiental.

3) [Organização Comum de Mercado \(OCM\)](#) - A Comissão Europeia (CE) prevê o fim do regime de cotas de forma gradual para os setores açucareiro (2017) e lácteo (2015). Haverá reforma do setor vitivinícola com previsão de maior controle das plantações, tendo previsão de implantação completa a partir de 2030.

Subsídios à exportação dentro da OCM. O texto negociado não elimina os subsídios à exportação praticados pela UE na área agrícola, mas restringe a aplicação dessas ajudas aos casos em que as condições do mercado interno motivem a adoção de medidas emergenciais. Em condições normais, o valor dos subsídios será zero. Nada muda em relação à PAC que está em vigor. Entretanto, na avaliação do adido agrícola do MAPA, Odilson Silva, baseado em Bruxelas, as limitações previstas tenderão a reduzir sua utilização.

Os produtos que poderão receber os subsídios são: cereais, arroz, açúcar, carne bovina, leite e produtos lácteos, carne suína, ovos e carne de aves, bem como seus produtos processados (com exceção dos produtos processados de carne bovina e de aves). As restituições referentes aos produtos processados não poderão ser superiores às dos produtos básicos.

Reforma do setor açucareiro dentro da OCM. Termina o sistema de cotas a partir de setembro de 2017. Atualmente a [produção doméstica de açúcar é de 13,3 milhões](#) de toneladas anuais, divididas entre 19 países europeus, e a da isoglucose (usada na indústria de refrigerantes) é de 0,69 milhões de toneladas por ano. Termina também o preço mínimo que a indústria açucareira deve pagar pelas beterrabas (26,29 euros por tonelada). Porém a CE poderá definir as condições padrão que se aplicarão nos contratos.

Até a reforma entrar em vigor (setembro de 2017), as medidas atuais permanecem, inclusive a possibilidade de abrir leilões excepcionais para importar açúcar com tarifa reduzida e de requalificar o açúcar produzido “fora da quota” como açúcar “na quota”, quando o mercado europeu ficar tenso.

Principais impactos potenciais da reforma

Segundo a análise da assessora sênior para assuntos internacionais da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Géraldine Kutas, baseada em Bruxelas, “podemos dizer que a produção europeia de açúcar vai provavelmente aumentar de forma moderada. Os países menos competitivos vão eventualmente deixar de produzir e os países mais competitivos, como França e Alemanha, vão aumentar sua produção”.

Kutas acrescenta que a reforma deve levar a uma maior concentração do setor. O preço atual do açúcar branco no mercado doméstico é de aproximadamente 723 euros/tonelada, quando o preço mundial é de 355 euros/tonelada (London 5). O preço de referência é de 404,4 euros/tonelada. Ao considerar o que aconteceu com a reforma passada, continua Kutas, é difícil prever como a nova reforma impactará os futuros preços domésticos, mas a CE prevê que deverão se encontrar entre o atual preço doméstico e o preço mundial.

Sobre o comércio, a reforma não trata de acesso ao mercado e, conseqüentemente, as tarifas e cotas de importação atuais permanecem. Porém se espera uma diminuição das importações de açúcar de cana e um aumento das exportações de açúcar europeu, conclui Kutas.

Próximos passos

07/Outubro: A presidência lituana da UE apresentará formalmente o texto legal aos Estados-Membros para ser votado na reunião do *Special Committee on Agriculture (SCA)*.

Outubro/Novembro: Os textos deverão ser votados no plenário do Parlamento Europeu.

Para mais informações, acesse [aqui](#) e [aqui](#).

Novas regras de biocombustíveis na UE poderão beneficiar parcialmente o Brasil, segundo ÚNICA

A utilização de biocombustíveis produzidos com fontes alimentares, incluindo o etanol de cana, estará limitada em 6% no cumprimento da meta de 10% de energia renovável para o setor de transporte da UE até 2020. Essa e outras medidas para mudar as regras vigentes do setor de biocombustíveis na União Europeia (UE) foram aprovadas no [dia 11 de setembro no Parlamento Europeu](#) por 356 votos a favor, 327 contra e 14 abstenções.

Na avaliação de Géraldine Kutas, da UNICA, algumas medidas adotadas são positivas para o etanol brasileiro. São elas:

- A submeta é de 2,5% para os biocombustíveis de segunda e terceira gerações, derivados de resíduos (palha, bagaço, lixo etc.) que beneficiam as exportações do Brasil e podem ser utilizados para produzir etanol avançado. O texto fala em palha de forma genérica e, de acordo com Kutas, “poderemos incluir palha de cana nessa definição”.
- Dentro da regra votada para a mistura da gasolina, foi definida uma submeta de 7,5% específica para etanol, a ser calculada sobre o consumo total da gasolina. Essa submeta equivalerá, em volume, a 10% de etanol na gasolina, que é a mistura máxima autorizada na UE. Essa submeta poderá ser preenchida por biocombustíveis convencionais, incluindo os de cana-de-açúcar, ou pelos de segunda e terceira gerações. Segundo Kutas, apesar do uso da gasolina ser reduzido na UE, porque a maior parte da frota é a diesel, essa regra representará uma oportunidade de negócio a mais.

No entanto há medidas potencialmente negativas para o etanol brasileiro, segundo Kutas:

- Limitação em 6% para os biocombustíveis feitos de matérias-primas agrícolas, incluindo o etanol de cana e o biodiesel de soja. Até 2020, os Estados-Membros deverão calcular a quantidade de emissões indiretas causadas por todo tipo de biocombustível – o chamado fator indireto da mudança do uso da terra ([ILUC – Indirect Land Use Change](#)) –, e contabilizá-la no cálculo geral de emissões de gás do efeito estufa. Os valores de ILUC serão atualizados pela Comissão Europeia em 2017.

Próximos passos

O texto adotado em plenário constitui a posição do Parlamento Europeu em primeira leitura. Os Estados-Membros, reunidos no Conselho, têm ainda de adotar uma posição comum sobre essa matéria. O texto do Conselho será debatido e votado pelo Parlamento em segunda leitura, ainda sem previsão.

ACORDOS INTERNACIONAIS

UE - Costa Rica e El Salvador: Acordo de Livre Comércio entrou em vigor em 1º de outubro

Depois de várias negociações, ocorridas em Bruxelas durante os meses de agosto e setembro, para destravar o impasse com a Itália sobre a questão da indicação geográfica, Costa Rica e El Salvador conseguiram fazer valer a partir de 1º de outubro o Acordo de Livre Comércio, assinado com a União Europeia (UE) em junho de 2012. Esse acordo faz parte do Acordo de Associação firmado com seis países da América Central (Panamá, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Costa Rica).

Segundo o adido comercial da Embaixada da Costa Rica em Bruxelas, Alejandro Patino, o governo costa-riquenho reforçou para as autoridades europeias o compromisso com o respeito às regras de indicação geográfica e lembrou que é signatário do [Acordo de Lisboa relativo a proteção de denominação de origem e seu registro internacional](#), no âmbito da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (WIPO). Patino considerou o veto como um gesto político da Itália “apenas para enviar um sinal à Comissão Europeia, que começa a negociar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos”. O adido justifica essa interpretação pelo fato de que os produtores de seu país também fazem uso dos nomes “manchego” e “emmental” e nem por isso “houve protestos da Espanha ou da França”.

A Itália protestou contra quatro nomes usados pelos produtores de queijo costa-riquenho: provolone valpadana, fontina, gorgonzola e parmigiano reggiano. Já a Guatemala teve problema com os mesmos quatro nomes e ainda com o queijo grana padano e o prosciutto de Parma. No âmbito do acordo com a América Central, a UE registrou 114 nomes protegidos por indicações geográficas.

A embaixada de El Salvador em Bruxelas explicou que mostrou às autoridades europeias que seus produtores não fabricam nenhum dos nomes mencionados, nem tampouco com a menção “tipo de”.

Contexto

O Acordo de Associação é composto por três pilares (diálogo político, cooperação e comércio) e foi aprovado pelo Parlamento Europeu em dezembro de 2012. Os capítulos sobre política e cooperação ainda devem ser ratificados pelos parlamentos dos 29 Estados-Membros da UE. Apenas o que diz respeito ao livre comércio pode entrar em vigor por antecipação, respaldado em uma aplicação provisória, desde que tenha unanimidade do Conselho da UE. Foi assim que a Itália vetou a participação da Costa Rica e El Salvador, dias antes da confirmação da entrada em vigor do acordo para os seis países da América Central.

Até o momento, apenas [Panamá, Honduras e Nicarágua gozam do acordo de livre comércio desde 1º de agosto](#). A Guatemala ainda termina o procedimento dentro do seu próprio país e, segundo a embaixada da Guatemala em Bruxelas, o acordo com a UE deverá entrar em vigor em novembro.

Mais informações, neste [link](#).

FIQUE DE OLHO!

Parlamento Europeu propõe regulamento para fazer valer direitos comerciais

A Comissão de Comércio Internacional (INTA) do Parlamento Europeu aprovou no dia 17 de setembro um projeto de regulamento para melhorar a capacidade da União Europeia de assegurar o exercício dos direitos adquiridos no âmbito dos acordos de comércio internacionais.

Os eurodeputados querem conferir mandato à Comissão Europeia para adotar as seguintes medidas de política comercial: direitos aduaneiros, restrições quantitativas às importações ou exportações de mercadorias e medidas no domínio dos contratos públicos. O projeto deve seguir para o plenário em novembro.

Leia a proposta de regulamento com emendas nesse [link](#).

BRUXELAS EM MOVIMENTO

Comissão Europeia aprova aquisições da JBS na UE

A JBS SA do Brasil poderá adquirir a Columbus Netherlands BV, conhecida como “Zenda”, e a “Seara”, um grupo de seis empresas; ambas atualmente detidas pela Marfrig Alimentos SA. A decisão foi anunciada pela Comissão Europeia (CE), no dia 23 de setembro. A Zenda produz couro para uso em diversos setores, incluindo automóveis, móveis, calçados e vestuário. A Seara é ativa, sobretudo, na criação de frangos e suínos para abate e na produção de produtos à base de frango e de suíno, primários e transformados, no Brasil. Exporta também produtos primários e alguns transformados à base de frango para o Espaço Econômico Europeu (EEE).

A Comissão concluiu que a operação proposta não suscita preocupações de concorrência, em particular porque as sobreposições entre as atividades da JBS, Zenda e Seara são limitadas. A operação foi examinada segundo o procedimento simplificado de controle das concentrações. Mais informações estão disponíveis no link: [M.7012](#).

Cai participação da indústria europeia no PIB da UE

A contribuição da indústria no PIB da União Europeia caiu de 15,5%, registrados há um ano, para [15,1%, contabilizados em julho de 2013](#). Esses valores estão longe da meta indicativa de 20%, fixada pela Comissão Europeia em 2012. Os números foram divulgados em setembro no relatório sobre a competitividade europeia.

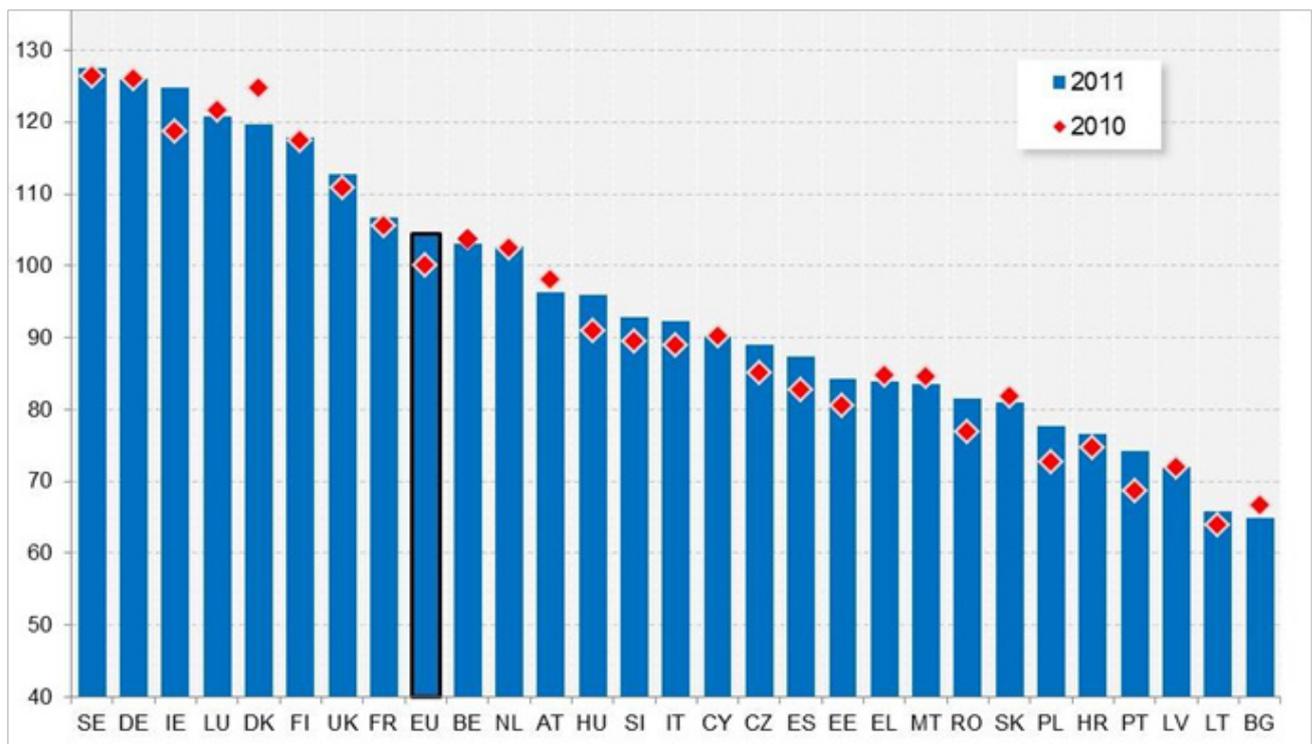
Entre os pontos fracos estão a falta de convergência entre os países mais competitivos em termos de indústria e aqueles com desempenhos menos positivos, o aumento do custo da energia na maioria dos Estados-Membros, a dificuldade de acesso ao financiamento e a queda do investimento em quase toda a UE. Nos pontos positivos aparecem as exportações como o principal motor da atividade industrial, já que a UE tem tido resultados melhores do que os Estados Unidos e o Japão. A Europa registrou um excedente comercial de 365 bilhões de euros em 2012, o que equivale a cerca de 1 bilhão de euros por dia.

O relatório conclui que a indústria europeia precisa melhorar significativamente o desempenho da administração pública, bem como intensificar os esforços para estimular uma inovação próxima do mercado. Mais informações, nesse [link](#).

UE adota novo indicador de inovação

Suécia, Alemanha, Irlanda e Luxemburgo são os Estados-Membros da União Europeia que mais produzem inovação, segundo o [novo indicador](#) proposto pela Comissão Europeia. O indicador foi desenvolvido a pedido de líderes da UE para as políticas de referência nacionais de inovação e mostra que diferenças significativas permanecem entre os próprios países da UE.

O “índice europeu de produção de inovação” mede, por exemplo, o número de ideias dos setores inovadores da economia da UE que foram capazes de chegar ao mercado, gerando empregos e tornando a Europa mais competitiva. Entre os componentes que formam o novo indicador de inovação estão: 1) inovação tecnológica medida por patentes; 2) número de postos de trabalho em atividades de conhecimento intensivo, sob a porcentagem do número total; 3) competitividade em conhecimento intensivo sobre bens e serviços; 4) número de postos de trabalho em empresas de rápido crescimento consideradas de setores inovadores. Mais informações, neste [link](#).



Destaques de outubro de 2013

Comissão Europeia – Bruxelas, Bélgica

- 7-11 • Acontece a segunda rodada de negociações para o acordo da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, o chamado TTIP. Vários grupos de trabalho abordarão cerca de 20 temas. Mais informações nesse [link](#).

Parlamento Europeu – Bruxelas, Bélgica

- 17 • A Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu fará a primeira leitura do projeto de lei que regula as linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI). Está em questão a redução dos fundos destinados à América Latina para o período de 2014-2020. Neste caso, o Brasil, enquanto principal beneficiário dos financiamentos do BEI, poderá ser prejudicado. Mais informações nesse [link](#).

Conselho da Agricultura e Pecuária – Bruxelas, Bélgica

- 18 • Na pauta, assuntos como barreiras sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas ao comércio. Mais informações nesse [link](#).

Parlamento Europeu – Sessão plenária, local ainda não confirmado

- 21 • Em primeira leitura, o plenário votará o futuro das relações entre a União Europeia e o bloco da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), criada em 1967 e composta por dez países: Tailândia, Filipinas, Malásia, Cingapura, Indonésia, Brunei, Vietnã, Mianmar, Laos e Camboja. O bloco já tem um acordo de cooperação econômica com a UE e os eurodeputados propõem estreitar as relações comerciais. Mais informações nesse [link](#).

Comissão Europeia – Bruxelas, Bélgica

- 22-23 • CONCERTO, uma iniciativa da UE de financiamento de projetos para cidades e comunidades inteligentes, organiza uma conferência de dois dias sobre o tema: *Energy Solutions for Smart Cities and Communities*. Mais informações nesse [link](#).